



Jaime Rodrigues. **O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

### As veias abertas do tráfico negreiro

*por Carlos Eugênio Líbano Soares*

O tráfico atlântico de africanos é um dos temas clássicos da historiografia da escravidão, aqui no Brasil e em todos os países que assistiram à diáspora negra da era moderna. Mas somente recentemente os estudiosos se voltaram para as dimensões políticas e culturais do exílio forçado de milhões de africanos para este lado do Atlântico, superando a aridez dos números da escola economicista, que aparentemente monopolizava no Brasil a temática no campo acadêmico.

O trabalho de Jaime Rodrigues - dissertação de mestrado na Unicamp em 1994 - representa um avanço neste campo. Trabalhando com os últimos 50 anos da emigração compulsória de africanos escravizados para o Brasil, Jaime foca sua lente principalmente nas conseqüências políticas da permanência deste "infame comércio" - como era visto o tráfico atlântico por uma pequena parcela da elite política do país - e no papel desempenhado por diversos grupos sociais, num quadro multifacetado, mesmo dentro de cada grupo.

No primeiro capítulo, Jaime se volta para entender a visão de longo prazo de uma pequena, mas expressiva parcela da elite imperial contra a permanência do fluxo de africanos. Esta oposição tinha sua força motriz na percepção de que os africanos eram portadores de uma certa "doença moral" responsável pela "corrupção dos costumes" na sociedade brasileira, e que quanto mais africanizada fosse a população do Império maior a distância da "civilização" e do "progresso", apesar de ser ainda discutível o quanto estes ideais compartilhados por uma ínfima parcela da sociedade tiveram peso nas decisões políticas que deram cabo do "nefando comércio negreiro".

Uma parte deste capítulo, que poderia ainda ser mais discutida no texto, é aquela relativa ao medo da "haitinização", que se referia à eclosão de revoltas escravas no Brasil no mesmo molde da revolução negra do Haiti de 1791, que acabou expulsando a elite branca da ilha de São Domingos. Este temor por certo moderou a capacidade da elite política em garantir a continuação do comércio negreiro.

No capítulo seguinte, o objeto é o debate do problema nos centros decisórios da política nacional, como no parlamento e no seio dos gabinetes. Este se revela um dos capítulos mais fecundos do livro, em primeiro lugar porque elimina o mito de que o fim do tráfico atlântico fosse uma fase previsível e necessária no projeto maior de terminar com a instituição. Em outras palavras, o tal "gradualismo" na ação política que deu fim ao regime de cativeiro - com a seqüência de leis que foram "solapando" o escravismo - foi uma visão, como deixa claro o autor, do após 1888, e não uma política seguida a risco pela elite dirigente do Estado. Assim, o núcleo decisório que decretou o fim definitivo do comércio negreiro transatlântico não raciocinava, ao emitir a lei de 1850, no fim da instituição escravista, que ainda era vista como indispensável ao país.

O capítulo seguinte toca num ponto vital: a pressão diplomática e militar da maior potência militar da época, a Inglaterra, e seus reflexos no discurso da elite parlamentar. Uma lacuna importante para o entendimento deste processo, e que o texto infelizmente não busca dirimir, (mesmo que não o resolvesse em absoluto) é a questão das motivações geopolíticas da Grã-Bretanha ao apostar pesado na solução militar do problema. Pelo menos esta questão merecia do autor alguma incursão pela bibliografia internacional, que teceu um longo debate sobre isso durante anos. Mas merece elogios a forma como o debate no parlamento é analisado, principalmente nas

tentativas dos conservadores em fazer da "honra" e da "dignidade nacional", "degradados" pela "prepotência" britânica, o eixo fundamental da fala dos deputados.

Mas é somente nos dois últimos capítulos que o livro adquire suas cores mais originais. Nestes capítulos ele busca incorporar no contexto o papel de grupos sociais antes completamente relegados pela bibliografia tradicional e mesmo pela escola quantitativista brasileira: os capitães dos negreiros, os agentes de polícia, a população livre e pobre moradora dos arredores dos refúgios onde aportavam os traficantes, e mesmo os africanos boçais, como eram chamados os negros recém desembarcados, tornados depois da captura pelas autoridades repressivas, em africanos livres.

Neste momento Jaime realmente dá uma contribuição efetiva para o debate historiográfico, reconstruindo as visões e ações de setores antes vistos como meras "peças" do mercado atlântico, e deduzindo o impacto destes atos nas decisões tomadas mais acima. Seria interessante que ele se demorasse mais nesta busca, pois com certeza ainda repousam documentos inéditos nos arquivos que podem jogar luz neste lado sombrio da história do "infame comércio". Os africanos livres particularmente moldam uma história a parte, que somente agora despertou a atenção dos estudiosos, como na tese de doutorado, ainda inédita, defendida na USP, de Jorge de Prata de Souza sobre o tema.

O que pode motivar alguns reparos no livro de Jaime Rodrigues são algumas ausências. Entre elas, o artigo de Dale Graden sobre resistência escrava e fim do tráfico ("Uma lei... até de segurança pública": resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835 -1856), publicado na Revista de Estudos Afro-Asiáticos em 1986. E a tese de Luiz Felipe de Alencastro, defendida em 1995 e publicada no ano passado, O trato dos viventes. Mesmo que tenham sido produzidos depois da defesa da dissertação de Jaime, em 1994, ele teve tempo suficiente para incorporar estes textos importantes e recentes sobre o tema na publicação do livro.

---

Carlos Eugenio Líbano Soares é doutor em História pela Unicamp

\* Publicado no Jornal do Brasil, 28 de abril de 2001.